



FUNDO DE COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO

PROPOSTA

PLANO de ATIVIDADES e ORÇAMENTO

Exercício de 2018

ENQUADRAMENTO

Os Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto alterada pelo Decreto-Lei nº 210/2015, de 25 de setembro, têm como objetivo garantir aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho tenham sido celebrados após o dia 1 de Outubro de 2013, o pagamento efetivo de pelo menos 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelos empregadores mediante entregas mensais, constituindo uma poupança a que estes se encontram vinculados destinada à cobertura de até 50% do valor da compensação a que tenham direito os trabalhadores abrangidos por este regime.

Os investimentos do FCT são orientados no sentido da preservação do valor nominal das entregas dos empregadores, conjugada com a maximização da relação entre a rendibilidade e o risco. O património do FCT pode ser representado por depósitos bancários, valores mobiliários, instrumentos representativos da dívida de curto prazo e outros ativos de natureza monetária.

A entidade gestora do FCT é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 18º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto.

CONSELHO DE GESTÃO

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho são:

Instituição	Nome	Representação
Ministério das Finanças		
Emprego	Fernando Miguel Catarino José (Dr.)	Efetivo
	Rui Abreu (Dr.)	Suplente
S. Social	Sandra Martins (Dra.)	Efetivo
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira (Dr.ª)	Efetivo
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais (Dr.ª)	Efetivo
Confederação do Turismo Portugues - CTP	Nuno Bernardo (Dr.)	Efetivo
	Pedro Petrucci de Freitas (Dr.)	Suplente
	João Costa (Dr.)	Efetivo
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	Gregório Rocha Novo (Dr.)	Suplente
CGTP-IN	Ana Isabel Lopes Pires	Efetivo
	Fernando Ambrioso	Efetivo
	Fernando Manuel Pires Marques (Dr.)	Suplente
	Tiago Cunha (Dr.)	Suplente
UGT	António Luís Ferreira Correia	Efetivo
	Sérgio Monte	Efetivo
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente
	Joaquim José Mendes Dias	Suplente

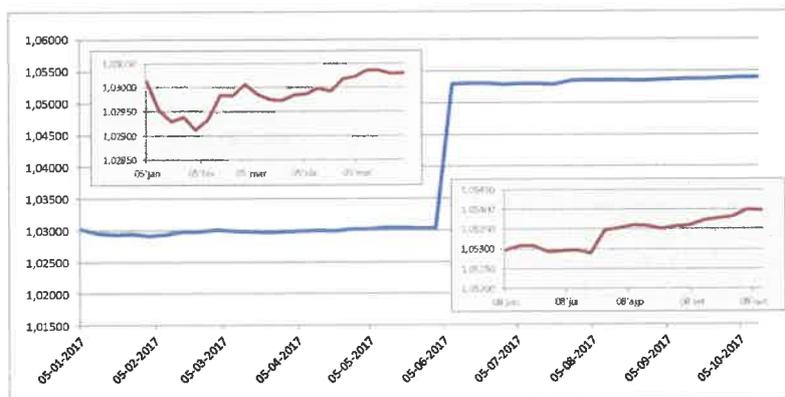
Nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 24º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, compete ao Presidente do Conselho de Gestão a elaboração do plano anual de atividades e do orçamento anual e submete-los a aprovação do Conselho de Gestão. A alínea b) do artigo 26º do mesmo diploma estipula, ainda, que o plano de atividades e o orçamento devem ser, posteriormente, objeto de parecer do Fiscal Único.

Dando cumprimento ao estipulado na lei, submete-se ao Conselho de Gestão o Plano de Atividades e o Orçamento do FCT para o ano de 2018.

EVOLUÇÃO EM 2017

Em 30 de Setembro de 2017, o Fundo de Compensação do Trabalho recebia contribuições de 187.039 entidades empregadoras, correspondentes a 1.268.966 contratos de trabalho, e o montante sob gestão ascendia a 156.367.250€.

O gráfico da evolução do valor das unidades de participação (UP) do FCT dá conta de uma valorização significativa ocorrida no início do mês de junho, e que correspondeu à transferência dos saldos excedentários do FGCT, no valor de 2.8ME.



Excetuando o primeiro mês do ano, no qual se registou uma quebra de cerca de 0.1%, o valor das unidades de participação, ainda que algumas oscilações, registou um crescimento contínuo. A quebra de janeiro condicionou a evolução do valor das UP até junho, cujo crescimento se cifrou em 2 pontos base (de 1.02953 para 1.03030). A partir dessa altura, o crescimento foi um pouco mais acentuado, atingindo os 10 pontos base (de 1.05308 para 1.05397) no final de setembro.

Não obstante, e tendo em conta a transferência acima referida, a rentabilidade anual homóloga situa-se nos 2.58%.

Durante os primeiros 8 meses de 2017 iniciaram-se 756.084 contratos, dos quais 161.376 tinham uma duração igual ou inferior a 60 dias. No mesmo período foram pedidos reembolsos correspondentes a 401.219 contratos.

O montante total da dívida ao FCT ascendia, em setembro, a 9.941.687€ o que representa 5.2% do total das entregas desde 2013 (192.015.762€). Aquele valor decompõe-se em 6.210.535€ de dívidas de anos anteriores e 3.731.152€ de dívidas de 2017; valores que correspondem a percentagens de 3.2% para anos anteriores e 1.9% para dívidas de 2017.

ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2018

A atividade do FCT tem sido condicionada, desde a sua criação, pelo estágio de desenvolvimento dos sistemas de informação.

Com efeito, o sistema de informação encontra-se, ainda, numa fase de desenvolvimento e otimização, prevendo-se que no decurso do ano de 2018 se possibilite aos empregadores o pagamento de dívidas aos fundos de compensação em prestações e, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a cobrança coerciva das dívidas.

Estão a decorrer trabalhos no sentido de uma reformulação total do repositório estatístico dos fundos, que possibilitará o acesso a mais informação e a informação mais detalhada, estimando-se que o novo repositório seja disponibilizado até final de 2017.

O objetivo central da entidade gestora é maximizar a rentabilidade do FCT cujo *benchmark*, nos termos da política de investimentos aprovada, é constituído pela EONIA e por dívida alemã com maturidade inferior a 10 anos, nas proporções de 50% / 50%.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, veio reforçar as obrigações de reporte a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) pelo que se prevê, em articulação com o FGCT, a formalização de uma parceria com a ACT, de modo a possibilitar a esta entidade o exercício da atividade fiscalizadora no âmbito dos Fundos.

ENQUADRAMENTO E PERSPETIVAS MACROECONOMICAS PARA 2018

A economia mundial tem demonstrado, durante o decurso de 2017, um ritmo de expansão económica em aceleração face ao ano anterior, mostrando inclusivamente na Zona Euro e no Reino Unido um desempenho superior ao esperado. Esta recuperação de dinâmica, que se deve prolongar durante o ano de 2018, assenta maioritariamente num aumento dos níveis de emprego e no suporte resultante do fortalecimento, sincronizado a nível global, do comércio internacional fomentando uma expansão do investimento.

Tendo em conta que o ano de 2017 continuou a beneficiar do suporte das medidas de política monetária que se mantiveram praticamente inalteradas, transita para 2018 a dúvida sobre a sustentabilidade da recuperação económica mediante uma projetada redução progressiva das medidas de estímulo monetário. Agudiza-se de forma especial a dúvida sobre a evolução da produtividade, dos salários e da inflação, que têm evidenciado uma reação anormalmente moderada no quadro do contexto económico vigente. Por esta razão, espera-se para 2018 a manutenção de algum grau de suporte à economia por parte da política monetária, não obstante a redução progressiva do carácter expansionista desta, tendo em conta a necessária prevenção dos riscos para a estabilidade financeira. Aguarda-se desta forma, durante o próximo ano, algum rebalanceamento entre o apoio da política monetária e das medidas de estímulo fiscal, com uma progressiva diminuição da primeira, enquanto a última deverá ser reforçada nas economias que disponham de espaço orçamental para estas iniciativas. Conhecem-se atualmente intenções de reformas ou de estímulo fiscal em economias como a norte-americana, a alemã ou a francesa.

Na Zona Euro espera-se uma manutenção do crescimento em 2018 a um ritmo próximo do atual, que se mostra vigoroso, beneficiando da dissipação de riscos políticos mais críticos, assim como da persistência da natureza expansionista da política monetária, a par com uma moderada expansão fiscal. O crescimento continuará determinado pela procura interna, prevendo-se ainda um reforço moderado do crescimento do comércio externo, de acordo com a evolução antecipada para o comércio internacional. Tendo em conta a perspetiva de subsistência de um ritmo de crescimento expressivo nos próximos trimestres, mantém-se a expectativa de continuação de progressos no mercado de trabalho, mas com uma intensidade mais limitada, dado que a taxa de desemprego se tem gradualmente aproximado das referências para a taxa de desemprego estrutural identificadas para a economia da região. Com a economia a progredir de forma sustentada, evidenciando recentemente alguma capacidade de aceleração, espera-se que a inflação possa começar a assumir valores gradualmente mais elevados, como resposta à progressiva eliminação da capacidade excedentária da economia e à continuação da descida da taxa de desemprego para níveis de equilíbrio de longo-prazo. Este será contudo um processo que se espera lento tendo em conta a ausência de manifestação do funcionamento dos mecanismos tradicionais de influência da inflação, possivelmente prejudicados pelos ajustamentos estruturais em curso.

Em reconhecimento destes progressos o BCE tem vindo a afastar o risco de deflação que justificou a adoção das medidas inéditas de expansão monetária, das quais se mantêm como medidas de maior impacto o programa de compra de ativos de €60 bn de compras mensais até Dezembro de 2017 sendo esperada a sua redução gradual, até à extinção, no decurso do ano

de 2018. Mantêm-se ainda as LTROs com reembolso previsto entre o final de 2017 e Março de 2021, sendo contudo já reembolsados em 2018 €432 bn do total de €951.2 bn excepcionalmente cedidos ao sector bancário por prazos anormalmente alargados para aliviar a incerteza na obtenção de liquidez. A exaustão do programa de compras terá por consequência o redireccionamento da política monetária para os instrumentos de taxas, passando a ser por esta via que os ajustamentos à evolução económica passarão a ser efetuados.

Para a economia portuguesa, após um importante e inesperado reforço da expansão económica durante o ano de 2017, espera-se alguma moderação do ritmo de crescimento em 2018. A dinâmica de crescimento continuará a refletir as perspetivas favoráveis para o sector exportador e para o investimento, alimentados pela procura externa perante a recuperação cíclica na Europa e, de forma global, pela retoma do comércio internacional. O consumo privado deve observar um reforço moderado suportado pelos progressos do mercado de trabalho, por uma progressão de preços contida e ainda por uma evolução positiva do rendimento disponível mediante a perspetiva de um alívio fiscal moderado. A perspetiva de persistência de um crescimento económico superior ao potencial deve continuar a assegurar ganhos adicionais no mercado de emprego, possivelmente mais moderados tendo em conta os significativos progressos já registados ao mesmo tempo que estas melhorias podem colocar alguma pressão na evolução dos preços.

Em linha com o supra referido e, para enquadrar a atividade do FCT, utilizaram-se as previsões macroeconómicas para 2018 subjacentes à Proposta de Orçamento de Estado:

- Crescimento do PIB: 2.2%.
- Este ritmo de crescimento permite uma redução da taxa de desemprego para 8.6%.
- Variação do índice de preços no consumidor: 1.4%

Será, assim, expectável um aumento nos montantes das entregas ao FCT.

PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2018

1. O orçamento para 2018, bem como as peças contabilísticas previsionais assentam numa estimativa para os valores finais de 2017. Na elaboração do Balanço e Demonstração de Resultados para 2018 assumiu-se que:

- a) O valor da carteira em 31 de Dezembro de 2017 será igual ao valor da carteira em 31 de Agosto, acrescido das entradas líquidas (recebimentos menos pagamentos) previstas até ao fim do ano, admitindo que durante último quadrimestre terão um valor correspondente à média verificada ao longo do ano.

Recebimentos e Pagamentos em 2017	
Recebimentos	
Entregas	86.892.170,18
Juros	237.881,57
Pagamentos	
Reembolsos	25.520.593,46
Devoluções	510.323,85
Entradas Líquidas	61.099.134,44

- b) Daqui resulta que se estima em 170 milhões de euros o valor da carteira a 31 de dezembro de 2017, admitindo-se uma composição idêntica à existente em 31.08.2017.

Carteira em 31 de Dezembro de 2017		
Dívida Pública	28.639.806,64	16.77%
Ações	869.422,70	0.51%
Liquidez	141.288.067,44	82.72%
Total	170.797.296,78	100.00%

2. Na elaboração da demonstração de resultados para o exercício de 2017 incluiu-se o valor de 363.991,16€ referente ao custo das despesas de cobrança (referências multibanco).
3. Na elaboração do orçamento para 2018 assumiu-se que:
- a) **Recebimentos (incluindo juros de mora):** crescerão 22.5% relativamente ao valor de 2017, ascendendo a 106.734.313,39€ (1,225 x 87.130.051,75€)
- b) **Reembolsos e Devoluções:** até 31.08.2017 os reembolsos e devoluções representavam 30% dos recebimentos. Admite-se que tenham um crescimento superior ao dos recebimentos e que passem a representar cerca de 33% dos recebimentos, ascendendo a 35.141.738,37€ (0,3292 x 106.734.313,39€).
- c) **Recebimentos do FGCT (saldos excedentários):** foi considerada nas contas previsionais, a transferência de 3,3 M€ do FGCT para o FCT referente a saldos extraordinários, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 45º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto.
- d) **Recebimentos líquidos de reembolsos e devoluções:** ascenderão a 71,6 milhões de euros (106,7 de a – 35,1 de b).

- e) **Aumento do valor da carteira no final do ano de 2018** será igual à soma dos valores das alíneas c) e d) com os rendimentos obtidos.
- f) **Rentabilidade da carteira:** a generalidade das previsões para o ano de 2018 consideram que não se verificarão subidas substanciais nas taxas de juro e, conseqüentemente, na rentabilidade dos investimentos em dívida pública. Neste contexto admite-se uma rentabilidade de 1% para a carteira. Aplicando esta taxa ao valor da carteira média teremos o valor de 2.073.026,84 € para os rendimentos de 2018. A carteira média é o valor médio entre a carteira no final de 2017 (170M€) e no final de 2018 (245M€).
- g) **A carteira no final do ano de 2018** terá o valor de 247.514.753,71 €
- h) **Composição da carteira:** A alteração à carteira de referência, aprovada pelo Conselho de Gestão, aumenta as possibilidades de investimento em dívida pública da zona euro com *yields* positivas. Admite-se, assim, que durante 2018 aumentará a exposição a dívida pública. A composição da carteira em final de 2018 é a que resultaria da utilização do modelo de alocação estratégica em setembro de 2017.
- i) **Montante da dívida:** o montante em dívida no final de 2018 será a soma do montante no final de 2017 e do montante de nova dívida; considera-se que a nova dívida representará 5,2%, percentagem verificada em 2017, dos recebimentos de 2018.
- j) **Entregas ao FGCT:** as eventuais entregas ao FGCT para pagamento de indemnizações são equivalentes a um reembolso pelo que não são autonomizadas.
- k) **Custo de gestão:** nos termos do regulamento de gestão, os custos de gestão correspondem à parcela dos custos de funcionamento da entidade gestora (IGFC) que cabem ao FCT, sendo utilizado como ponderador o peso do fundo no montante total de fundos geridos. Estima-se em 20.000 euros o montante destes custos
- l) **Custos com referências multibanco:** Até setembro de 2017, e face a 2016, o número de referências multibanco pagas aumentou cerca de 34%. Estima-se que esse valor ultrapasse os 50% até final do ano. Nos termos do atual protocolo celebrado com a banca, o custo de cada referência ascende a 39 cêntimos. Admite-se para 2018 um crescimento do número de referências multibanco pagas na ordem dos 40%, correspondendo a um valor um pouco superior a 415.000€.
- m) **Os montantes recebidos por incumprimento de entrega** (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) serão, nos termos da alteração introduzida no regulamento de gestão, receita do FCT. Estima-se um valor de 284.279,05€.

PEÇAS CONTABILÍSTICAS PREVISIONAIS

Apresenta-se abaixo, a demonstração de resultados e o balanço previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento colectivo). Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas, tendo em conta que quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro.

Balanço Previsional – 2018		
	2017	2018
ATIVO		
Carteira de Títulos		
Obrigações	28.639.806,64	116.331.934,24
Ações	869.422,70	12.375.737,69
	29.509.229,34	128.707.671,93
Terceiros		
Devedores	11.521.884,25	17.072.068,55
	11.521.884,25	17.072.068,55
Disponibilidades		
Depósitos à Ordem	8.846.009,23	6.240.354,09
Depósitos a Prazo	132.442.058,21	112.866.727,69
	141.288.067,44	119.107.081,78
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Proveitos	366.733,91	0,00
	366.733,91	0,00
Total do Ativo	182.685.914,94	264.886.822,26
CAPITAL e PASSIVO		
Capital		
Unidades de Participação	166.824.302,29	238.416.877,31
Cap. Não Realizado	11.521.884,25	17.072.068,55
Resultados Transitados	739.221,63	3.650.737,24
Resultado Líquido do Exercício	2.911.515,61	5.161.071,56
	181.996.923,78	264.300.754,66
Terceiros		
Comissões a Pagar	0,00	0,00
Outros Credores	688.991,16	586.067,60
	688.991,16	586.067,60
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total do Capital e Passivo	182.685.914,94	264.886.822,26

Conta de Exploração Previsional – 2018		
	2017	2018
Proveitos		
Rendimentos	811.407,74	2.073.026,84
Ganhos em Ops. Financeiras	76.808,33	0,00
Penalizações p/ Incumprimento	129.217,75	284.279,05
Transferências do FGCT	2.843.459,13	3.300.000,00
	3.860.892,95	5.657.305,89
Custos		
Comissões e Taxas	20.000,00	28.641,18
Perdas em Ops. Financeiras	543.105,59	0,00
Impostos	140,59	7.500,00
Outros		
Auditoria	22.140,00	24.760,00
Comissão De Gestão	0,00	20.000,00
Custos de Cobrança	363.991,16	415.333,15
	949.377,34	496.234,33
Resultado Líquido	2.911.515,61	5.161.071,56

PEÇAS CONTABILISTICAS PREVISIONAIS

Apresenta-se nas páginas seguintes, a demonstração de resultados, o balanço e mapa de fluxos de caixa previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento coletivo). Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas, tendo em conta que quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro.

Código	Designação	Período		Código	Designação	Período	
		2018	2017			2018	2017
		Custos e Perdas				Proveitos e Ganhos	
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
711+718 719	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS De Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais			812+813 811+814+817+818 819	JUROS E GANHOS EQUIPARADOS Na Carteira de Títulos e Outros Ativos Outros, de Operações Correntes De operações extrapatrimoniais	2.073.026,84	811.407,74
722+723 724+...+728 729	COMISSÕES E TAXAS Da Carteira de Títulos e Outros Ativos Outras, de Operações Correntes De Operações Extrapatrimoniais	28.641,18	20.000,00	822+...824/5 829	RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS Da Carteira de Títulos e Outros Ativos De operações extrapatrimoniais		
732+733 731+738 739	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Ativos Outras, de Operações Correntes Em Operações Extrapatrimoniais	0,00	543.105,59	832+833 831+838 839	GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS Na Carteira de Títulos e Outros Ativos Outros, em Operações Correntes Em Operações Extrapatrimoniais	0,00	76.808,33
7411+7421 7412+7422 7418+7428	IMPOSTOS Impostos Sobre o Rendimento Impostos Indiretos Outros Impostos	7.500,00	140,59	851	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES Provisões para encargos		
75 751 77 / 79	PROVISÕES DO EXERCÍCIO Provisões para Encargos			86	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	284.279,05	129.217,75
	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	460.093,15	386.131,16		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	2.357.305,89	1.017.433,82
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			882	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	3.300.000,00	2.843.459,13
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	3.300.000,00	2.843.459,13
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)		
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO				RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	5.161.071,56	2.911.515,61	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	TOTAL	5.657.305,89	3.860.892,95		TOTAL	5.657.305,89	3.860.892,95
(8 x 2/3/4/5)-(7 x 2/3) 8 x 9 - x 9 B - A	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos Resultados das Operações Extrapatrimoniais Resultados Correntes	1.861.071,56	68.056,48	D-C B +D -A - C + 74 B + D - A - C +7411/8+7421/8	Resultados Eventuais Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento Resultado líquido do Período	5.161.071,56	2.911.515,61

Valores em Euros

Discriminação dos Fluxos	2018	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		
RECEBIMENTOS:		
Subscrição de unidades de participação	106.734.313,39	
Transferência FGCT	3.300.000,00	110.034.313,39
PAGAMENTOS:		
Resgates de unidades de participação	35.141.738,37	
Rendimentos pagos aos participantes		
...		35.141.738,37
Fluxo das operações sobre as unidades de participação		74.892.575,02
OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		
Venda de títulos e outros ativos		
Reembolso de títulos e outros ativos		
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos	2.073.026,84	
Juros e proveitos similares recebidos		
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		2.073.026,84
PAGAMENTOS:		
Compra de títulos e outros ativos	99.198.442,59	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		
Juros e custos similares pagos		
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões		
...		
Outros pagamentos relacionados com a carteira		99.198.442,59
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-97.125.415,75
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Juros e proveitos similares recebidos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		
PAGAMENTOS:		
Juros e proveitos similares pagos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		0,00
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0,00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31-12-2018

Discriminação dos Fluxos	2018	
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários		
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimos de títulos		
Outros	651.012,96	
Outros recebimentos correntes		651.012,96
PAGAMENTOS:		
Comissão de gestão		
Comissão de depósito	28.641,18	
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	7.500,00	
...		
Outros pagamentos correntes	563.016,71	599.157,89
Fluxo das operações de gestão corrente		51.855,07
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
...		
Outros recebimentos de operações eventuais		0,00
PAGAMENTOS:		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
...		
Outros pagamentos de operações eventuais		0,00
Fluxo das operações eventuais		0,00
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		-22.180.985,66
Ajustamentos cambiais		
Disponibilidades no início do período... (B)		141.288.067,44
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		119.107.081,78